



SIMULANDO A BANCA

MPU

**ANALISTA DO MPU – DIREITO
SIMULADO 01**



SIMULANDOABANCA_OFICIAL



WWW.SIMULANDOABANCA.COM.BR

INFORMAÇÕES DO CONCURSO

ORGÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

CARGO: ANALISTA DO MPU - DIREITO

REMUNERAÇÃO: R\$13.994,78

VAGAS: 66 + CADASTRO RESERVA

DATA DA PROVA: 04/05/2025

HORÁRIO: 08H AS 12H:30

TEMPO DE PROVA: 04 HORAS E 30 MINUTOS

PROVA: 80 QUESTÕES (30 MOD. 1 + 50 MOD. 2)+ 1 DISCURSIVA - REDAÇÃO

ATENÇÃO!

Nos termos da Lei nº 9.610/1998, é expressamente **proibida** a reprodução, distribuição ou divulgação deste simulado, no todo ou em parte, sem a devida autorização.

Este material é de **uso exclusivo do comprador**.



PROVAS OBJETIVAS

A Prova Objetiva será composta por 80 (oitenta) questões, sendo 30 (trinta) do Módulo I e 50 (cinquenta) do Módulo II, numeradas sequencialmente, com 05 (cinco) alternativas e apenas uma correta.

Será considerado **aprovado** na Prova Objetiva o candidato que, cumulativamente:

- Acertar, no mínimo, 12 (doze) questões do Módulo I;
- Acertar, no mínimo, 25 (vinte e cinco) questões do Módulo II;
- Acertar, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) questões do total da Prova Objetiva.

O candidato que não atender aos requisitos no subitem acima será eliminado do Concurso.

PROVA DISCURSIVA

A Prova Discursiva, de caráter **eliminatório** e **classificatório**, que será aplicada para todos os cargos, exceto para o de Técnico do MPU/Polícia Institucional, consistirá em 1 (uma) Redação, que deverá ser redigida em gênero dissertativo-argumentativo, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, **valendo até 40 (quarenta) pontos**.

Será **reprovado** na Prova Discursiva de Redação e eliminado do Concurso o candidato que obtiver **nota inferior a 20 (vinte) pontos**.

**DICAS SIMULANDO A BANCA**

1. **Simule o ambiente de prova real:** Escolha um local tranquilo, bem iluminado e sem distrações. Avise familiares ou colegas para evitar interrupções.
2. **Respeite o tempo de prova:** Cronometre o tempo disponível de acordo com o edital do concurso. Essa prática ajuda a gerenciar melhor o tempo no dia da prova.
3. **Sente-se corretamente:** Adote uma postura confortável, mas que permita concentração. Evite se deitar ou estudar em lugares que induzam ao relaxamento excessivo.
4. **Use apenas o permitido:** Durante o simulado, utilize apenas caneta e o material permitido no concurso. Não consulte materiais ou aparelhos eletrônicos.
5. **Faça pausas programadas:** Caso o concurso permita pausas, como para ir ao banheiro, inclua isso no cronômetro e não ultrapasse o tempo.
6. **Treine a marcação do gabarito:** Reserve os últimos 30 minutos do tempo de prova para preencher o gabarito. Isso ajuda a evitar erros ou rasuras.
7. **Leia as instruções com atenção:** No início do simulado, leia as orientações com calma para entender as regras e o formato das questões.
8. **Planeje o tempo por questão:** Divida o tempo total pelo número de questões e estime quanto tempo pode gastar em cada uma, ajustando o ritmo conforme necessário.
9. **Não se prenda a uma única questão:** Se não souber a resposta de imediato, marque-a para revisão e siga em frente. Isso evita a perda de tempo.
10. **Simule as mesmas condições físicas:** Realize o simulado no mesmo horário do concurso real para treinar sua disposição física e mental.
11. **Leve água e lanches leves:** Se o concurso permitir, leve algo para consumir durante a prova. Simule isso no treinamento para ver o impacto no foco.
12. **Revise as questões duvidosas no final:** Use o tempo restante para revisar questões marcadas como difíceis ou que você deixou em branco.
13. **Treine a gestão do nervosismo:** Durante o simulado, pratique técnicas de respiração ou concentração para lidar com a pressão e ansiedade.
14. **Avalie o desempenho depois:** Analise os erros e acertos após o simulado. Identifique os pontos fracos e foque neles para melhorar.
15. **Crie um cronograma de simulados:** Realize simulados regularmente e aumente a dificuldade progressivamente para acompanhar seu progresso e desenvolver resistência mental.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MANHÃ

ANALISTA DO MPU ÁREA DIREITO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno, contendo **80 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala
 - o cartão de respostas das questões objetivas;
 - a folha de textos definitivos da questão discursiva.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.

- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.



NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 99999999 9

Candidato AUSENTE	<input type="radio"/>
Candidato PRESENTE deixou a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO em BRANCO	<input type="radio"/>

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



MÓDULO I - CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Observe o trecho narrativo a seguir:

"Quando abri a janela naquela manhã, o vento frio imediatamente trouxe uma sensação de nostalgia. O céu estava encoberto, e as ruas, molhadas pela chuva noturna, refletiam as luzes ainda acesas dos postes. Apressei-me em vestir o casaco e pegar minha pasta. Saí de casa sem me despedir, caminhando a passos largos até o ponto de ônibus. Lá, esperei em silêncio, observando o movimento. Ao entrar no veículo, escolhi um assento próximo à janela e, enquanto as gotas de chuva escorriam pelo vidro, deixei os pensamentos vaguearem por momentos passados que me pareciam tão próximos e, ao mesmo tempo, inalcançáveis."

Sobre o narrador desse trecho, é correto afirmar que:

- (A) o narrador é onisciente, pois descreve com precisão o ambiente e apresenta reflexões sobre sentimentos universais.
- (B) o narrador apresenta um ponto de vista interno, caracterizado pela narração em primeira pessoa com acesso às próprias emoções e pensamentos.
- (C) o narrador é externo, limitando-se a descrever os fatos sem revelar emoções ou pensamentos dos personagens.
- (D) o narrador adota uma postura onisciente seletiva, narrando a história com foco exclusivo em um único personagem.
- (E) o narrador confunde-se com o autor, indicando que a narrativa possui características autobiográficas.

2

Leia com atenção a seguinte frase:

"Contemplo as estrelas e percebo uma harmonia tão exata que seria impossível pensar na ausência de um maestro regendo essa grande orquestra cósmica."

Essa frase sugere que:

- (A) o universo segue uma ordem que dispensa a necessidade de intervenção externa.
- (B) a harmonia do cosmos é fruto de eventos aleatórios e não de uma organização consciente.
- (C) o universo é resultado de um criador que o organiza de forma deliberada.
- (D) a beleza das estrelas está vinculada à interpretação humana e não a um significado objetivo.
- (E) a compreensão do universo depende exclusivamente da observação científica.

3

Em cada opção a seguir há um conjunto de quatro palavras. Assinale a alternativa em que uma das palavras não pertence ao mesmo campo etimológico ou semântico das demais.

- (A) necrópole / necrose / necrológio / necromancia.
- (B) aurífero / aurora / áureo / aurícula.
- (C) gnoscência / agnóstico / diagnóstico / gnoseológica.
- (D) hipnótico / hipnotizar / hipocampo / hipnagógico.
- (E) cronologia / crônica / cronômetro / acrônico.

4

Assinale a frase que apresenta uma contradição lógica ou incoerência em relação ao mundo real.

- (A) O silêncio pode gritar mais alto do que o ruído ensurdecedor.
- (B) Uma metade dobrada sempre será maior que o inteiro desfeito.
- (C) Quem não sabe para onde vai nunca se perde.
- (D) Um espelho quebrado reflete mais verdades do que um espelho intacto.
- (E) O tempo não corre, apenas observa o movimento dos homens.

5

Leia a frase abaixo:

"O melhor que alguém pode fazer em relação ao conhecimento é buscá-lo incessantemente e nunca desprezá-lo."

Assinale a alternativa que analisa corretamente a estruturação ou o significado da frase:

- (A) Os pronomes "lo" em "buscá-lo" e "desprezá-lo" possuem o mesmo antecedente e exercem a mesma função sintática de objeto direto.
- (B) O termo "alguém" possui valor específico, indicando uma pessoa previamente identificada no discurso.
- (C) A ausência de crase em "ao conhecimento" constitui um erro gramatical, uma vez que o termo é feminino.
- (D) A forma correta seria "buscá-lo incessante" em vez de "buscá-lo incessantemente", adequando o advérbio ao padrão verbal.
- (E) A substituição de "desprezá-lo" por "desprezar-lhe" manteria o mesmo significado sem prejuízo gramatical.

6

Entre as frases abaixo, assinale aquela que exemplifica o modo descritivo de organização discursiva:

- (A) O sol da manhã invade o quintal, iluminando as folhas das árvores, que tremulam suavemente ao vento.
- (B) As crianças correm pelo gramado enquanto os adultos preparam o piquenique sob a sombra generosa da figueira.
- (C) Ao final do dia, todos se reúnem ao redor da fogueira, partilhando histórias e risadas até o céu ser tomado pelas estrelas.
- (D) Há algo mágico em dias como este, quando o simples ato de estar em boa companhia parece suspender o tempo.
- (E) Amanhã, quando voltarmos para casa, levaremos na memória cada momento vivido e a certeza de que dias assim são raros.

7

Assinale a frase a seguir em que a comparação estabelecida não é explicitamente explicada, diferentemente das demais.

- (A) A felicidade é como um pássaro: não pode ser presa, mas cultivada em liberdade para que volte por conta própria.
- (B) A felicidade é como um espelho: reflete aquilo que projetamos, mas depende da luz para existir.
- (C) A felicidade é como o vento: sentimos sua presença, mas nunca podemos segurá-la.
- (D) A felicidade é como um jardim: precisa ser regada e cuidada diariamente para florescer.
- (E) A felicidade é como o sabor de uma fruta: resultado da combinação exata entre a doçura do esforço e o frescor das conquistas.



8

Todos os textos abaixo mostram argumentos em defesa de uma tese.

O argumento utilizado está corretamente identificado em:

- (A) "Os índices de violência no Brasil diminuiram 10% nos últimos anos, de acordo com estudos realizados pela Universidade Federal de Minas Gerais." / argumento de autoridade.
- (B) "A introdução de novos impostos afetará as pequenas empresas, que já enfrentam dificuldades financeiras." / argumento baseado em uma relação de causa e efeito.
- (C) "Se os países desenvolvidos não conseguem resolver o problema do desemprego, como os países emergentes o fariam?" / argumento apoiado em analogia.
- (D) "A maioria das pessoas acredita que trabalhar em casa aumenta a produtividade." / argumento estatístico.
- (E) "Os jovens de hoje não se esforçam tanto quanto os das gerações passadas." / argumento apoiado em estereótipo.

9

Todas as frases abaixo mostram oposições de caráter humorístico, com exceção de uma; a EXCEÇÃO é:

- (A) "O silêncio é barulhento para quem pensa demais."
- (B) "Quem tudo quer, nada tem."
- (C) "A única certeza que temos é a dúvida constante."
- (D) "O calor do inverno é insuportável."
- (E) "Os gatos gostam de dormir e os humanos gostam de acordá-los."

10

Observe o pequeno texto narrativo a seguir:

"Caminhava apressadamente para o trabalho quando um cachorro atravessou a rua correndo. Ele parecia assustado, e, por um momento, fiquei parado observando-o. Pensei em continuar meu caminho, mas algo me fez segui-lo. O animal entrou em um beco estreito, e lá, para minha surpresa, havia um filhote preso entre algumas caixas de papelão. Sem pensar muito, resgatei o pequeno e o levei comigo."

Sobre a estruturação desse texto narrativo, assinale a afirmação inadequada:

- (A) A situação inicial apresenta o personagem em seu cotidiano, caminhando para o trabalho.
- (B) O surgimento do cachorro na rua é o elemento motivador que altera a rotina do personagem.
- (C) A indecisão do narrador em seguir o cachorro ou continuar seu caminho constitui o clímax da narrativa.
- (D) O resgate do filhote no beco equivale ao desfecho da trama narrativa.
- (E) A narrativa termina sem resolver completamente o conflito do narrador, deixando a ação em aberto.

11

O emprego do gerúndio na língua escrita é bastante problemático.

Assinale a frase abaixo em que o emprego do gerúndio é criticável:

- (A) Ele passou pela porta, falando com a secretária.
- (B) Ela ficou parada, esperando a resposta do chefe.
- (C) Ele continuou o trabalho, tentando resolver os problemas.
- (D) A criança estava brincando, sorrindo feliz.
- (E) O estudante foi premiado, correndo para o palco para receber o prêmio.

12

Leia a frase abaixo com atenção:

"A felicidade não depende do que nos falta, mas do que fazemos com o que temos."

Assinale a afirmativa correta sobre o significado ou a estruturação dessa frase:

- (A) A relação entre os segmentos da frase é de oposição, indicando uma contraposição entre expectativas e realidade.
- (B) O termo "felicidade", no contexto, possui um sentido técnico ligado à psicologia.
- (C) O segundo segmento da frase corrige uma ideia apresentada erroneamente no primeiro segmento.
- (D) O emprego de "mas" sugere uma explicação lógica para o conceito de felicidade.
- (E) O verbo "depende" indica uma condição factual que limita a realização da felicidade.

13

Observe o texto descritivo a seguir:

"Na praça central da cidade, erguia-se um antigo edifício de estilo neoclássico. Suas colunas imponentes se estendiam até o alto, e o frontão exibia intrincadas esculturas de mármore. O edifício estava cercado por um jardim bem cuidado, com flores coloridas e fontes de água. O interior, no entanto, era surpreendente pela decadência. As paredes estavam cobertas por um papel de parede desbotado, e o teto, adornado com afrescos que outrora foram vibrantes, agora mostrava sinais de umidade e desgaste."

Sobre a estruturação desse texto, é correto afirmar que:

- (A) O observador descreve a cena sem qualquer emoção, apresentando a realidade de forma fria e impessoal.
- (B) O texto revela um observador que enfatiza as características físicas do edifício, usando uma linguagem técnica e precisa.
- (C) O observador transmite uma visão idealizada do edifício, sem qualquer crítica ou juízo de valor sobre seu estado atual.
- (D) O observador faz uma comparação entre o que o edifício foi e o que ele se tornou, refletindo sobre o impacto do tempo em sua estrutura.
- (E) O uso de palavras como "imponentes", "coloridas" e "vibrantes" reflete a percepção do observador sobre o aspecto visual, sem considerar outros aspectos do edifício.

14

Assinale a opção em que o verbo destacado indica estado:

- (A) O estudante permaneceu na sala até o final da aula.
- (B) A criança brincava no parque quando começou a chover.
- (C) O atleta correu durante duas horas sem parar.
- (D) O artista criou uma obra-prima com materiais recicláveis.
- (E) A planta cresceu rapidamente após a poda.

15

Assinale a opção em que os termos estão em paralelismo sintático, ou seja, apresentam segmentos estruturalmente idênticos:

- (A) Vou à biblioteca, escolho um livro e leio com atenção.
- (B) Os alunos que estudam cedo têm melhor rendimento, enquanto os que estudam tarde apresentam mais dificuldades.
- (C) A ciência observa, analisa e propõe soluções.
- (D) A tarefa de um líder não é apenas orientar sua equipe com firmeza, mas também motivá-la com empatia.
- (E) A alegria é maior que o medo, assim como a paz supera o conflito.

**Noções de Sustentabilidade****16**

O estado Alfa editou uma lei que altera os procedimentos de licenciamento ambiental para atividades de mineração. A nova norma simplifica o processo, eliminando exigências técnicas anteriormente necessárias, com o objetivo de agilizar empreendimentos no setor. Contudo, ambientalistas e ONGs denunciaram que a medida reduz a eficácia da proteção ao meio ambiente, especialmente em áreas de grande sensibilidade ambiental.

A Procuradoria Geral da República ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a norma estadual, argumentando que a simplificação afronta o princípio constitucional da prevenção, que visa evitar danos ambientais antes de sua ocorrência.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- (A) A norma estadual é válida, pois cabe aos estados definir os procedimentos de licenciamento ambiental dentro de suas competências legislativas.
- (B) O princípio da prevenção aplica-se exclusivamente às normas federais, não vinculando os estados-membros em legislações específicas
- (C) A simplificação do licenciamento ambiental está em conformidade com o princípio da eficiência administrativa, desde que não provoque danos imediatos ao meio ambiente.
- (D) A competência dos estados para legislar sobre licenciamento ambiental inclui a possibilidade de reduzir os critérios de proteção ambiental estabelecidos pela União.
- (E) A alteração promovida pelo estado Alfa fere o princípio da prevenção, fundamental para garantir a proteção ao meio ambiente equilibrado.

17

Sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e o Princípio dos 5R's, é correto afirmar que:

- (A) A política dos 5R's foca exclusivamente na reciclagem de resíduos sólidos, promovendo maior eficiência no descarte de materiais.
- (B) A proposta dos 5R's substitui a reciclagem pelas práticas de reutilização e redução, eliminando a necessidade de processos industriais.
- (C) Recusar e reduzir, no contexto dos 5R's, têm o mesmo objetivo prático: transformar materiais usados em novos produtos.
- (D) O princípio dos 5R's amplia a reflexão dos gestores públicos sobre o consumismo, indo além das práticas de redução, reutilização e reciclagem.
- (E) A aplicação dos 5R's limita-se ao âmbito da Educação Ambiental, sem impacto direto nas práticas de gestão pública.

18

Sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável estabelecido no Relatório Brundtland (1987), analise as alternativas e identifique a correta:

(A) O Desenvolvimento Sustentável, conforme descrito no Relatório Brundtland, fundamenta-se no crescimento econômico ilimitado, justificando o uso intensivo dos recursos naturais desde que destinado ao combate à desigualdade social.

(B) O Relatório Brundtland caracteriza o Desenvolvimento Sustentável como a satisfação das necessidades básicas da geração presente, desde que compatível com a preservação ambiental, garantindo que as gerações futuras possam atender às suas próprias demandas.

(C) De acordo com o Relatório Brundtland, o Desenvolvimento Sustentável prioriza a preservação ambiental como condição absoluta, ainda que implique restrições severas ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social imediato.

(D) O conceito de Desenvolvimento Sustentável pressupõe a manutenção das práticas econômicas tradicionais, com foco na preservação ambiental apenas em situações de impacto evidente e irreversível.

(E) O Relatório Brundtland sugere que o Desenvolvimento Sustentável é um ideal utópico, de aplicação limitada às economias em desenvolvimento, dado o alto custo associado à sua implementação.

19

Sobre os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), analise as afirmações abaixo:

() A PNMC busca fortalecer a remoção de gases de efeito estufa por sumidouros no território nacional, garantindo que esses processos sejam regulamentados exclusivamente pela União.

() A implementação de medidas para adaptação às mudanças climáticas exige a colaboração das três esferas da Federação e dos agentes econômicos e sociais, priorizando os grupos especialmente vulneráveis aos efeitos adversos.

() A PNMC incentiva a consolidação de áreas legalmente protegidas e a recomposição da cobertura vegetal, mas não aborda o estímulo ao reflorestamento em áreas degradadas.

() A compatibilização entre o desenvolvimento econômico-social e a proteção do sistema climático é um dos princípios fundamentais da PNMC.

() A preservação dos recursos ambientais, com atenção especial aos grandes biomas naturais, é vista pela PNMC como um objetivo opcional, dependendo da legislação estadual.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, V, F, V, F
- (B) F, V, F, V, F
- (C) V, F, F, V, V
- (D) F, V, V, F, F
- (E) V, V, F, F, F

**20**

A empresa Beta, localizada em um grande centro urbano, opera com produtos químicos altamente reativos, utilizados na fabricação de adesivos industriais. Durante uma inspeção realizada pelo órgão ambiental competente, foi constatado que a empresa não havia elaborado o plano de gerenciamento de resíduos perigosos, conforme exigido pelo Decreto nº 10.936/2022. A empresa argumentou que, como parte de seus resíduos não é classificada como perigosa, não seria obrigada a apresentar um plano específico.

Com base no contexto e nas disposições do Decreto nº 10.936/2022,

(A) a empresa Beta está dispensada de elaborar um plano de gerenciamento de resíduos perigosos, desde que a maioria dos resíduos gerados não seja classificada como perigosa.

(B) apenas empresas que transportam ou destinam resíduos perigosos estão obrigadas a elaborar o plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

(C) a obrigação de elaborar um plano de gerenciamento de resíduos perigosos aplica-se a todas as fases do gerenciamento de resíduos, desde a geração até a disposição final, e deve ser submetida ao órgão competente.

(D) a elaboração do plano de gerenciamento de resíduos perigosos é facultativa para empresas cujo processo produtivo envolva produtos químicos com riscos significativos, dependendo da avaliação do Sisnama.

(E) o plano de gerenciamento de resíduos perigosos não precisa ser elaborado se a empresa já possui um plano geral de resíduos sólidos aprovado pelo Sisnama.

Noções de Direitos Humanos

21

Possuem status de Emenda Constitucional os seguintes tratados internacionais de Direitos Humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, exceto:

(A) A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

(B) O Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

(C) O Tratado de Marraqueche, que busca facilitar o acesso de pessoas com deficiência visual a obras publicadas.

(D) A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

(E) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

22

A Agenda 2030 da ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam promover o desenvolvimento equilibrado nas dimensões social, econômica e ambiental. Com base nesses objetivos, analise as assertivas abaixo:

I. Busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

II. Tem como foco assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.

III. Propõe construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

IV. Visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

V. Estabelece a meta de garantir o acesso universal e gratuito à internet de alta velocidade até 2030.

São objetivos listados na Agenda 2030:

(A) I, II, III e IV.

(B) I, II e V.

(C) I, III, IV e V.

(D) II, III e IV.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

23

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) estabelece garantias fundamentais para a proteção da dignidade humana nos Estados que a ratificaram. Com base no texto da Convenção, analise as assertivas abaixo:

I. Ninguém pode ser submetido a escravidão ou a servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos, exceto em caso de guerra.

II. Em nenhuma hipótese, alguém pode ser detido por dívida.

III. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação, sendo permitida em casos excepcionais, quando necessária para salvar vidas diante de ameaças terroristas.

IV. Os membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos serão eleitos por quatro anos e só poderão ser reeleitos uma vez, porém o mandato de três dos membros designados na primeira eleição expirará ao cabo de dois anos.

V. Somente um Estado-Membro da Organização dos Estados Americanos pode apresentar petições à Comissão Interamericana de Direitos Humanos denunciando violações da Convenção por um Estado-Parte.

Está correto em:

(A) Apenas IV.

(B) I, II e III.

(C) II, III e IV.

(D) I, IV e V.

(E) Todas as assertivas estão incorretas.



24

A teoria geral dos direitos fundamentais estabelece diretrizes estruturantes para a interpretação e aplicação das garantias essenciais ao indivíduo, assegurando a proteção da dignidade da pessoa humana no âmbito do ordenamento jurídico. Nesse contexto, os direitos fundamentais possuem uma série de características que influenciam sua eficácia, aplicabilidade e possibilidade de restrição. Assim, sua concretização demanda a compatibilização com outros princípios constitucionais e institutos jurídicos, sendo objeto de constante debate doutrinário e jurisprudencial.

Considerando essa realidade,

(A) a teorização acerca da aplicabilidade dos direitos fundamentais delimita sua incidência às relações verticais entre o indivíduo e o Estado, uma vez que sua positivização constitucional os configura como garantias de oposição ao poder público, não sendo extensíveis às relações intersubjetivas no plano horizontal sem previsão normativa expressa.

(B) a implementação dos direitos sociais encontra limitação intransponível no princípio da reserva do possível, sendo inviável a imposição de obrigações estatais vinculantes quando a concretização da norma constitucional demandar dispêndio orçamentário, uma vez que cabe exclusivamente ao Poder Executivo a gestão discricionária dos recursos públicos.

(C) a evolução do constitucionalismo ocidental consolidou a concepção de que os direitos fundamentais possuem caráter absoluto, visto que a proteção da dignidade humana impõe um dever intransponível ao Estado e à coletividade, inviabilizando qualquer forma de restrição ou ponderação, independentemente do contexto normativo ou da colisão com outros princípios constitucionais.

(D) a concepção contemporânea dos direitos fundamentais prevê sua exigibilidade imediata no ordenamento jurídico, independentemente de regulamentação infraconstitucional, haja vista sua função estruturante na arquitetura constitucional. No entanto, essa aplicabilidade plena não exclui a possibilidade de restrição, desde que fundamentada no princípio da proporcionalidade e compatibilizada com a máxima efetividade dos direitos.

(E) a vedação ao retrocesso social é uma diretriz principiológica voltada à salvaguarda dos direitos individuais de caráter patrimonial, impedindo que o Estado, por meio de atos normativos ou administrativos, suprima garantias já reconhecidas no ordenamento jurídico, independentemente da natureza do direito envolvido ou de sua relevância para a coletividade.

25

O Governo Federal publicou edital para o concurso da área de segurança pública, estabelecendo que apenas 15% das vagas seriam destinadas a candidatas do sexo feminino, sob a justificativa de que a atividade policial exige esforço físico intenso e que a predominância masculina na corporação deve ser preservada para manter a eficiência operacional. Uma candidata, aprovada dentro do número total de vagas, foi impedida de tomar posse devido à limitação de gênero imposta pelo edital. Ela ingressou com ação judicial alegando violação ao princípio da isonomia e ao acesso universal aos cargos públicos. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

(A) O STF validou a restrição, reconhecendo que a limitação de vagas para mulheres em concursos da área de segurança é uma política legítima para equilibrar a composição da corporação e otimizar a operacionalidade do efetivo.

(B) O STF entendeu que a exigência de percentual fixo para candidatas mulheres é incompatível com o princípio da isonomia, determinando que os concursos públicos da segurança pública devem ser exclusivamente de ampla concorrência, sem qualquer política de inclusão.

(C) O STF determinou que todos os concursos da área de segurança pública devem reservar um percentual fixo de vagas para mulheres, como forma de ação afirmativa para estimular sua inclusão.

(D) A restrição imposta pelo edital é constitucional, pois a Administração Pública tem discricionariedade para estabelecer critérios de seleção que considere adequados à composição de seu efetivo, sem necessidade de justificativa específica.

(E) O STF estabelece que restrições de gênero em concursos públicos só são admissíveis quando houver justificativa objetiva e tecnicamente demonstrada, baseada na natureza do cargo e na efetiva necessidade.

Noções de Administração Pública

26

Um gerente de produção em uma fábrica identificou que, em um determinado setor, os operários estavam utilizando máquinas modernas que produzem um grande volume de itens por hora, mas com uma taxa elevada de defeitos. Além disso, apesar do alto volume produzido, as demandas do mercado não estavam sendo atendidas adequadamente. Considerando os conceitos de eficiência, eficácia, efetividade e qualidade, é correto afirmar que o cenário descrito indica

(A) que o setor é eficaz, mas não eficiente, pois atinge os objetivos do mercado com o uso inadequado dos recursos.

(B) que o setor é eficiente, mas não eficaz, pois utiliza os recursos de forma produtiva, mas não atende aos objetivos.

(C) que o setor é eficiente e eficaz, pois consegue produzir em alta escala, cumprindo metas de mercado.

(D) que o setor apresenta efetividade, mas não qualidade, devido à produção de itens com defeito que têm impacto no mercado.

(E) que o setor demonstra qualidade e eficiência, mas carece de eficácia para atender à demanda do mercado.

**27**

Uma empresa de grande porte decidiu reestruturar sua organização com o objetivo de aumentar a eficiência dos processos e melhorar a comunicação entre os departamentos. Para isso, optou por implementar uma estrutura matricial. Entretanto, durante a implementação, surgiram desafios relacionados à dupla subordinação dos funcionários e ao aumento de conflitos nas decisões. Considerando os princípios de organização e os conceitos de estrutura organizacional, departamentalização, centralização e descentralização, é correto afirmar que a escolha pela estrutura matricial

- (A) demonstra inadequação ao princípio da especialização, pois reduz a ênfase em departamentos funcionais em prol de decisões centralizadas.
- (B) elimina a necessidade de centralização, uma vez que a estrutura matricial depende exclusivamente de decisões descentralizadas.
- (C) alinha-se ao princípio da amplitude de controle, pois facilita a supervisão direta de subordinados com múltiplos gestores.
- (D) contraria o princípio da unidade de comando, mas favorece a especialização por projeto, mantendo a departamentalização funcional.
- (E) favorece o cumprimento do princípio da unidade de direção, ao estabelecer que as decisões dos gestores funcionais prevalecem sobre as de projeto.

28

Uma multinacional do setor de tecnologia está enfrentando desafios em um mercado extremamente competitivo. Durante um ciclo de planejamento estratégico, identificou que suas operações estão atrasadas em relação às tendências globais de transformação digital. Com base nisso, a empresa definiu os seguintes objetivos:

- I. Reduzir o tempo de desenvolvimento de novos produtos em 30% nos próximos cinco anos.
- II. Estabelecer parcerias com empresas de inteligência artificial para inovação nos processos de produção.
- III. Implementar treinamentos massivos para atualização das competências de seus colaboradores nos próximos dois anos.

Com base nos níveis de planejamento e sua aplicação, é correto afirmar que

- (A) Todos os objetivos são estratégicos, pois impactam diretamente o posicionamento de longo prazo da empresa.
- (B) O objetivo I é estratégico, o objetivo II é tático e o objetivo III é operacional, dado o horizonte de curto prazo deste último.
- (C) O objetivo I é tático, enquanto os objetivos II e III são estratégicos, devido à amplitude organizacional envolvida.
- (D) Os objetivos I e II são estratégicos, enquanto o objetivo III é tático, por focar na capacitação de curto a médio prazo.
- (E) Os objetivos I e III são táticos, e o objetivo II é operacional, considerando sua dependência de execução imediata.

29

Uma empresa que atua no setor varejista mapeou seus processos internos utilizando ferramentas como fluxogramas e diagramas de Ishikawa. Após a análise, constatou que os gargalos estão concentrados no atendimento ao cliente, afetando diretamente a satisfação e o tempo de resposta. Com base nas técnicas de mapeamento e melhoria de processos, a melhor abordagem seria

- (A) automatizar imediatamente os processos de atendimento ao cliente, eliminando o impacto dos gargalos.
- (B) revisar os fluxos "As-Is" para identificar causas-raiz e redesenhar o processo com foco nos resultados "To-Be".
- (C) adotar um modelo de estrutura funcional, garantindo maior especialização no atendimento ao cliente.
- (D) priorizar a centralização das decisões de atendimento ao cliente, para evitar variações nas respostas.
- (E) substituir o atendimento humano por algoritmos de inteligência artificial, garantindo uniformidade no atendimento.

30

Uma organização optou por departamentalizar suas operações com base na localização geográfica de suas unidades. Sobre esse tipo de departamentalização, é correto afirmar que

- (A) aumenta o controle centralizado, já que todas as unidades respondem diretamente à matriz.
- (B) dificulta a adaptação a demandas locais devido à padronização de processos.
- (C) favorece a descentralização e permite maior agilidade nas decisões relacionadas ao contexto regional.
- (D) reduz a duplicação de recursos, pois cada unidade compartilha os mesmos sistemas e estruturas.
- (E) é menos vantajosa do que a departamentalização funcional, que oferece maior foco em especialização técnica.



MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação Institucional

31

Durante uma operação policial, uma equipe de policiais civis realizou abordagens em um bairro periférico sem mandado judicial, alegando apenas "atitudes suspeitas" como justificativa. Moradores da região relataram abusos de autoridade, como revistas pessoais invasivas e uso desnecessário de força. O Ministério Público da União foi acionado para apurar as condutas e avaliar a legalidade da operação, considerando suas atribuições no controle externo da atividade policial.

Com base na Lei Complementar nº 75/1993, que disciplina as atribuições do Ministério Público da União no controle externo da atividade policial, é correto afirmar que:

- (A) O controle externo exercido pelo Ministério Público limita-se à apuração de crimes cometidos por agentes policiais, sem envolver a análise da legalidade de operações policiais.
- (B) O respeito aos direitos assegurados na Constituição Federal está fora do escopo do controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público, sendo competência exclusiva do Poder Judiciário.
- (C) A competência do Ministério Público da União no controle externo da atividade policial restringe-se à fiscalização das operações relacionadas à segurança pública federal, sem interferir nas atividades estaduais.
- (D) A prevenção e a correção de abusos de autoridade e ilegalidades em operações policiais são atribuições do Ministério Público da União no exercício do controle externo da atividade policial.
- (E) O Ministério Público da União tem como única função no controle externo da atividade policial a preservação da ordem pública, não sendo responsável por zelar pela incolumidade das pessoas ou do patrimônio público.

32

Durante uma operação ambiental, verificou-se que uma empresa de mineração estava despejando rejeitos tóxicos em um rio que atravessa diversas cidades, afetando a fauna, a flora e a saúde das comunidades ribeirinhas. A investigação revelou que o licenciamento ambiental foi concedido sem estudos técnicos adequados e que agentes públicos se omitiram na fiscalização da empresa, mesmo após denúncias prévias. Além disso, foi constatado que o contrato entre a empresa e o órgão ambiental continha cláusulas que favoreciam irregularmente a operação. Diante disso, o Ministério Público da União foi acionado para adotar as medidas cabíveis no âmbito de suas competências legais.

Com base na Lei Complementar nº 75/1993, é correto afirmar que, diante dos fatos apresentados, o Ministério Público da União

- (A) poderá promover a ação civil pública para responsabilizar a empresa de mineração pelos danos ambientais causados, mas não poderá questionar a validade do contrato entre a empresa e o órgão ambiental, uma vez que tal competência é exclusiva do Poder Judiciário.
- (B) poderá atuar de forma ampla, promovendo o inquérito civil, a ação civil pública para a reparação dos danos ambientais, e a declaração de nulidade do contrato com cláusulas irregulares, além de responsabilizar os agentes públicos por omissão.
- (C) poderá adotar medidas extrajudiciais, como expedir recomendações ao órgão ambiental para revisar suas práticas, mas é vedado propor ação visando à responsabilização civil ou penal dos agentes públicos envolvidos.
- (D) poderá promover a ação civil pública para a reparação dos danos ambientais, mas sua atuação não abrange a responsabilização de agentes públicos ou a busca pela nulidade de contratos administrativos firmados irregularmente.
- (E) estará restrito à atuação consultiva, como a proposição de recomendações ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional, não podendo adotar medidas judiciais relacionadas ao caso.

33

Uma situação inédita envolvendo denúncias reiteradas de condições análogas à escravidão em diversas empresas de uma mesma região foi encaminhada simultaneamente a várias unidades do Ministério Público do Trabalho (MPT). Cada unidade alegou possuir competência para conduzir as investigações, gerando conflito de atribuição entre elas. Além disso, constatou-se que as denúncias apresentam elementos similares que poderiam exigir uma uniformização de tratamento e procedimentos. O caso foi submetido à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho para análise.

Com base na Lei Complementar nº 75/1993, sobre as atribuições da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) a Câmara de Coordenação e Revisão não pode decidir conflitos de atribuição entre os órgãos do Ministério Público do Trabalho, devendo submeter a questão ao Conselho Superior.
- (B) a competência para decidir a distribuição especial de feitos e procedimentos em casos de reiteração contínua pertence exclusivamente ao Procurador-Geral do Trabalho.
- (C) a Câmara de Coordenação e Revisão atua apenas como órgão consultivo, não possuindo competência para resolver conflitos de atribuição ou determinar a distribuição especial de feitos.
- (D) a Câmara de Coordenação e Revisão pode decidir conflitos de atribuição entre órgãos do Ministério Público do Trabalho e determinar a uniformização do tratamento das denúncias reiteradas, conforme critérios previamente estabelecidos.



(E) a uniformização do tratamento de matérias reiteradas exige decisão conjunta da Câmara de Coordenação e Revisão e do Conselho Superior, sendo vedada qualquer atuação independente da Câmara.

34

Carlos é servidor integrante da carreira do Ministério Público da União e, após aprovação em concurso público, foi nomeado e tomou posse na unidade administrativa localizada em uma capital brasileira. Após seis meses de exercício, manifestou interesse em ser removido para outra unidade, localizada no interior do estado, sob a alegação de necessidade pessoal. Diante dessa situação, com base na Lei nº 13.316/2016, é correto afirmar que:

(A) Carlos pode ser removido a qualquer tempo, desde que demonstre a necessidade de mudança, independentemente do interesse da administração pública.

(B) o pedido de remoção de Carlos só poderá ser deferido após o prazo de um ano, salvo se houver interesse da administração pública na remoção antes desse período.

(C) Carlos pode solicitar a remoção mediante permuta com outro servidor, independentemente do tempo de exercício na unidade administrativa inicial.

(D) a remoção de Carlos pode ser concedida a qualquer tempo pelo Procurador-Geral da República, independentemente de critérios objetivos.

(E) o Procurador-Geral da República não tem competência para regulamentar a movimentação de servidores no Ministério Público da União.

35

A Procuradoria-Geral de um dos ramos do Ministério Público da União identificou que sua Comissão Permanente de Ética estava com o mandato de todos os seus membros expirado. Para regularizar a situação, iniciou-se o processo de composição da nova comissão, mas surgiu um impasse sobre os critérios de escolha dos membros. Com base na Portaria PGR/MP nº98, que disciplina o Código de Ética e de Conduta, é correto afirmar que

(A) os membros da Comissão Permanente de Ética devem ser servidores estáveis, escolhidos e designados pelo Procurador-Geral do respectivo ramo do MPU ou pelo Diretor-Geral da ESMPU, conforme o caso.

(B) qualquer servidor do MPU pode integrar a Comissão Permanente de Ética, independentemente da condição de estabilidade, desde que tenha ao menos cinco anos de efetivo exercício.

(C) a escolha dos membros da Comissão Permanente de Ética deve ocorrer por meio de eleição direta entre os servidores do MPU, garantindo a representatividade das diversas carreiras.

(D) os mandatos dos membros da Comissão Permanente de Ética são de dois anos, sendo permitida a recondução ilimitada, conforme o interesse da administração.

(E) a regulamentação das Comissões Permanentes de Ética é de competência exclusiva do Procurador-Geral da República, não sendo permitido que cada ramo do MPU estabeleça normas próprias sobre o tema.

Direito Constitucional

36

O Poder Constituinte é um conceito fundamental do Direito Constitucional, dividindo-se em Originário, Derivado e Decorrente. Com base na doutrina constitucional e no ordenamento jurídico brasileiro, analise as assertivas abaixo:

I. O Poder Constituinte Originário é considerado um poder político e jurídico, autônomo e ilimitado, com a capacidade de romper com a ordem constitucional anterior e estabelecer uma nova ordem jurídica. Não está submetido a limitações de conteúdo ou forma.

II. O Poder Constituinte Derivado Reformador, apesar de subordinado, possui certa margem de discricionariedade, podendo alterar dispositivos constitucionais desde que respeitados os limites expressos e implícitos estabelecidos pela Constituição, incluindo as cláusulas pétreas.

III. O Poder Constituinte Decorrente é uma espécie do Poder Constituinte Derivado, exercido pelos Estados-Membros para instituir suas Constituições Estaduais, devendo obedecer aos princípios sensíveis, princípios estabelecidos e limites materiais implícitos da Constituição Federal.

IV. O Poder Constituinte Originário, por sua natureza inicial e ilimitada, não está sujeito a controle judicial, ainda que seus atos violem direitos fundamentais reconhecidos no direito internacional e em tratados de direitos humanos.

É correto afirmar que

(A) apenas as assertivas I e III estão corretas.

(B) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(C) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

(D) apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

(E) todas as assertivas estão incorretas.

37

Os regulamentos ou decretos regulamentares expedidos pelo Poder Executivo, nos termos do art. 84, IV, da Constituição Federal, desempenham papel relevante na execução das leis, mas possuem limitações quanto à sua natureza e controle de constitucionalidade. A respeito da possibilidade de controle concentrado de constitucionalidade desses atos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

(A) Decretos regulamentares não podem, como regra geral, ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade, pois são atos normativos primários, subordinados diretamente à Constituição Federal.

(B) O controle concentrado de constitucionalidade só é admitido quando o decreto regulamentar inova a ordem jurídica de forma autônoma, equiparando-se a atos normativos primários.

(C) Atos normativos secundários, como decretos regulamentares, podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade sempre que houver violação indireta à Constituição.

(D) A declaração de inconstitucionalidade de um decreto regulamentar que extrapola os limites previstos na lei configura controle de constitucionalidade reflexo ou indireto, com ampla admissibilidade no STF.

(E) Decretos regulamentares não estão sujeitos a controle de constitucionalidade concentrado em nenhuma hipótese, uma vez que são atos subordinados à lei, sendo apenas passíveis de controle de legalidade.



38

Durante uma crise diplomática, o Presidente da República assinou, sem a aprovação prévia do Congresso Nacional, um tratado internacional que implicava a transferência de recursos financeiros significativos para auxiliar um país estrangeiro. Além disso, o Presidente permitiu que tropas estrangeiras permanecessem temporariamente em território nacional para realizar exercícios militares conjuntos. Diante dessas ações, parlamentares questionaram a validade dos atos, argumentando que tais decisões configuram atribuições exclusivas do Congresso Nacional, conforme previsto no Art. 49 da Constituição Federal.

Com base no caso apresentado, é correto afirmar que

(A) o Presidente da República agiu dentro de suas atribuições constitucionais ao assinar o tratado internacional e permitir a permanência temporária de tropas estrangeiras, pois se trata de ato de soberania presidencial.

(B) as ações do Presidente são válidas, mas precisam ser homologadas pelo Congresso Nacional após sua execução, para atender aos requisitos constitucionais.

(C) o Congresso Nacional possui competência exclusiva para resolver sobre tratados internacionais que acarretam encargos ao patrimônio nacional e autorizar a permanência de forças estrangeiras no território nacional, atos que exigem aprovação prévia.

(D) cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar a validade do tratado internacional assinado pelo Presidente, sem a necessidade de apreciação pelo Congresso Nacional.

(E) o Presidente da República detém plena autonomia para decidir sobre questões diplomáticas e militares que envolvam tratados e a permanência de tropas estrangeiras, desde que informe o Congresso Nacional posteriormente.

39

A empresa PetroPlus S.A., uma companhia privada nacional, obteve autorização de um estado da federação para explorar jazidas de petróleo e construir uma refinaria para o processamento de petróleo nacional. Alegando a inexistência de regulamentação específica da União, a PetroPlus iniciou suas atividades. Posteriormente, a União questionou judicialmente a legalidade da exploração, argumentando que as atividades desenvolvidas pela empresa configuram monopólio da União e que qualquer contrato ou delegação para tais atividades deve seguir as condições estabelecidas em lei federal.

Além disso, a União alegou que a autorização estadual era inválida, pois o transporte do petróleo refinado estava sendo realizado por condutos que não atendiam às exigências da legislação nacional. A PetroPlus contestou, afirmando que sua atuação é respaldada pelo princípio federativo e pela autonomia dos estados.

Com base no caso concreto apresentado, analise as assertivas abaixo:

I. A lei que regula a delegação das atividades de pesquisa e lavra do petróleo deve garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

II. A autorização concedida pelo estado da federação para a exploração de petróleo e construção de uma refinaria é inválida, pois essas atividades devem observar as condições estabelecidas pela União.

III. O transporte por condutos de petróleo bruto ou refinado também é monopólio da União e deve seguir regulamentação específica estabelecida em lei federal.

IV. A autonomia dos estados permite que sejam realizadas delegações de atividades relacionadas ao petróleo, desde que não haja regulamentação federal específica.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e II.

(B) I, III e IV.

(C) II e IV.

(D) I, II e III.

(E) II, III e IV.

40

Akunã, uma indígena de uma comunidade tradicional, foi acusada de agredir fisicamente outra indígena, chamada Wapari, durante uma discussão sobre práticas culturais locais. O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia, e o processo foi distribuído a um juiz da Justiça Estadual. A defesa de Akunã argumentou que a Justiça Federal seria competente para processar e julgar o caso, com base na Constituição Federal.

Com base no caso apresentado, é correto afirmar que

(A) a competência para processar e julgar o caso é da Justiça Federal, porque envolve indígenas e práticas culturais que se conectam aos direitos protegidos no art. 109, XI, da Constituição Federal.

(B) a Justiça Estadual não tem competência para processar crimes em que indígenas figurem como autoras ou vítimas, independentemente da natureza do crime.

(C) a Justiça Estadual é competente para processar e julgar o caso, pois o crime relatado não guarda relação direta com os direitos indígenas previstos no art. 109, XI, da Constituição Federal.

(D) a Justiça Federal é competente para processar e julgar o caso, pois qualquer conflito envolvendo práticas culturais indígenas deve ser analisado pela Justiça Federal.

(E) o caso deve ser submetido ao Supremo Tribunal Federal, uma vez que envolve interpretação de direitos culturais indígenas garantidos pela Constituição.

Direito Administrativo

41

A Administração Pública do município de Alfa, com base em parecer jurídico interno, anulou um contrato administrativo firmado com uma empresa local, alegando vício de legalidade na sua celebração. No entanto, o contrato já estava em vigor há dois anos, e a empresa havia executado boa parte dos serviços previstos, inclusive com pagamentos já realizados. A anulação foi realizada sem a instauração de processo administrativo prévio ou notificação da empresa contratada. A empresa, ao ser informada da decisão, ingressou com ação judicial alegando violação de princípios constitucionais e administrativos.

Com base nos fundamentos do ato administrativo e na jurisprudência, é correto afirmar que

(A) a anulação do contrato é válida, pois a Administração Pública tem o dever de corrigir vícios de legalidade a qualquer tempo, independentemente de notificação prévia à contratada.

(B) a anulação do contrato é nula, pois viola o princípio do contraditório e da ampla defesa, que devem ser assegurados antes da prática de qualquer ato punitivo ou anulação que prejudique direitos de terceiros.

(C) a Administração Pública poderia anular o contrato unilateralmente, mas somente após instaurar um processo administrativo prévio, garantindo o contraditório e a ampla defesa à contratada.

(D) a anulação é inválida porque, após dois anos de execução do contrato, aplica-se o princípio da estabilidade dos atos administrativos, que impede sua revisão, salvo comprovado prejuízo ao erário.

(E) a Administração Pública não poderia anular o contrato, pois a execução parcial do contrato configura direito adquirido da empresa contratada, o que torna o ato irrevogável.



42

Com a entrada em vigor da nova Lei de Licitações e Contratos, as modalidades de licitação foram reformuladas, estabelecendo inovações e vedações. Sobre as modalidades e suas características, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

- (A) A Administração Pública pode combinar diferentes modalidades de licitação, desde que essa prática assegure maior eficiência e economicidade ao processo.
- (B) Além das modalidades de licitação previstas na legislação, a criação de outras modalidades é permitida, desde que regulamentada por lei específica em âmbito local.
- (C) A modalidade diálogo competitivo é aplicável exclusivamente a contratações relacionadas a tecnologia e inovação, dadas as suas especificidades técnicas.
- (D) A Administração pode utilizar procedimentos auxiliares para complementar as modalidades de licitação, desde que sejam compatíveis com o objeto licitado e não substituam o procedimento principal.
- (E) A legislação estabelece que os procedimentos auxiliares devem substituir as modalidades previstas, garantindo maior flexibilidade na condução do processo licitatório.

43

Os municípios de Alfa e Beta criaram o Consórcio Público Intermunicipal de Resíduos Sólidos (CIRS) para a gestão integrada. O CIRS contratou uma empresa privada para operar um aterro sanitário, dispensando licitação, e passou a cobrar tarifas de coleta de resíduos diretamente dos cidadãos dos municípios consorciados. Um grupo de moradores questionou a legalidade da cobrança e da dispensa de licitação, argumentando que apenas os municípios poderiam instituir tarifas e que o contrato deveria ter sido licitado.

Com base no caso apresentado, é correto afirmar que

- (A) a contratação direta da empresa pelo consórcio público é inconstitucional, pois a dispensa de licitação não se aplica às contratações realizadas por consórcios.
- (B) o consórcio público pode cobrar tarifas de forma independente dos municípios consorciados, mas a aplicação dos recursos arrecadados deve ser previamente aprovada pelos conselhos municipais.
- (C) a cobrança de tarifas por consórcios públicos depende de autorização legislativa específica de cada município consorciado, tornando inválida a cobrança direta realizada pelo consórcio.
- (D) a dispensa de licitação pelo consórcio público é válida apenas em casos de emergência ou calamidade pública, sendo necessário licitar contratos regulares.
- (E) o consórcio público possui competência para instituir tarifas de coleta de resíduos sólidos, desde que observadas as disposições do contrato de consórcio e as normas gerais aplicáveis.

44

João, servidor do Ministério Público da União (MPU), foi investigado por improbidade administrativa após a revelação de um esquema em que utilizava seu cargo para beneficiar empresas privadas em processos licitatórios. Durante o processo administrativo disciplinar (PAD), ficou comprovada sua participação ativa no esquema, caracterizando violação grave aos deveres funcionais. Após a conclusão do PAD, a Administração decidiu aplicar a penalidade de suspensão, justificando que a demissão seria uma medida excessiva.

Com base na lei 8.112/1990 e na jurisprudência do STF, é correto afirmar que

- (A) a penalidade de suspensão aplicada ao servidor é válida, desde que tenha sido justificada como proporcional à gravidade da infração no processo administrativo disciplinar.
- (B) a Administração possui discricionariedade para aplicar penalidades menos severas, desde que respeite os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- (C) a demissão é obrigatória nos casos de improbidade administrativa.
- (D) a decisão administrativa de aplicar suspensão em vez de demissão é válida, pois as disposições sobre demissão na 8.112/1990 não possui caráter vinculativo, sendo apenas diretriz normativa para a Administração.
- (E) a Administração pode substituir a penalidade de demissão por suspensão, desde que a penalidade seja ratificada pelo Poder Judiciário no âmbito do controle judicial.

Direito Civil

45

João, menor de idade, causou prejuízo a um comerciante ao destruir parte de sua loja. Os responsáveis legais de João não possuem recursos suficientes para indenizar o dano.

Diante dessa situação, conforme o Código Civil, João

- (A) pode ser obrigado a indenizar, desde que isso não o prive do necessário.
- (B) não pode ser responsabilizado, pois é incapaz e seus responsáveis não têm recursos.
- (C) somente responderá pelo prejuízo se houver dolo comprovado.
- (D) deve reparar integralmente o dano, independentemente de sua condição financeira.
- (E) fica isento de qualquer responsabilidade, pois cabe exclusivamente aos pais a obrigação de indenizar.

46

Uma empresa de transportes, com sede no Estado X e filiais nos Estados Y e Z, celebrou um contrato de prestação de serviços na filial do Estado Y. Em razão do descumprimento contratual, foi acionada judicialmente pelo contratante.

Com base no Código Civil, o domicílio da empresa para essa ação será

- (A) o Estado Z, pois a empresa pode ser demandada em qualquer estado onde tenha operação.
- (B) obrigatoriamente o Estado X, pois a sede administrativa define o domicílio exclusivo da pessoa jurídica.
- (C) qualquer um dos estados onde a empresa possui filiais, independentemente do local do contrato.
- (D) sempre o local indicado no estatuto da empresa, pois este prevalece sobre o local das filiais.
- (E) o Estado Y, pois a filial onde o contrato foi celebrado pode ser considerada domicílio para os atos nela praticados.



47

Uma associação sem fins econômicos decidiu excluir um de seus membros por descumprimento das regras internas. O associado, no entanto, alegou que a exclusão foi arbitrária, pois não teve oportunidade de apresentar defesa. Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) A exclusão do associado só é válida se houver justa causa e direito de defesa assegurado no procedimento.
- (B) A associação pode excluir qualquer membro a qualquer momento, independentemente de justificativa.
- (C) A exclusão só pode ocorrer mediante aprovação da assembleia geral, independentemente do estatuto.
- (D) O associado excluído pode recorrer ao Judiciário apenas se houver previsão expressa no estatuto.
- (E) A qualidade de associado é intransmissível e, portanto, sua exclusão não depende de justificativa formal.

48

João ajuizou ação de indenização por danos morais contra uma empresa, mas faleceu antes da sentença. Seus filhos, herdeiros legítimos, decidiram prosseguir com a ação para obter a reparação do dano sofrido por João. Diante tais fatos, é correto afirmar que

- (A) os herdeiros possuem legitimidade para continuar a ação, pois o direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular.
- (B) a ação deve ser extinta, pois o direito à indenização por danos morais é personalíssimo e não se transmite aos herdeiros.
- (C) o processo só pode prosseguir se houver previsão expressa no testamento de João.
- (D) a indenização, caso concedida, será limitada ao período anterior à morte do titular, sem gerar direito aos herdeiros.
- (E) apenas o cônjuge sobrevivente poderia prosseguir com a ação, pois os filhos não possuem legitimidade para pleitear danos morais alheios.

Direito Processual Civil

49

A empresa estrangeira GlobalTech Inc. ajuizou ação na Justiça Federal, mas não apresentou procuração válida de seu representante legal no Brasil. O réu alegou irregularidade na representação processual e o juiz concedeu prazo para a regularização. A empresa não sanou o vício dentro do prazo. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O processo deve continuar normalmente, pois a ausência de procuração não impede o prosseguimento da ação.
- (B) O juiz deve arquivar o processo temporariamente até que a empresa apresente a procuração válida.
- (C) O réu será considerado revel, pois a ausência de regularização da representação processual gera presunção de confissão quanto à matéria de fato.
- (D) O juiz deve extinguir o processo sem resolução de mérito, conforme prevê o CPC para vício de representação não sanado pelo autor.
- (E) A empresa pode continuar no processo sem advogado, pois se trata de um ente jurídico estrangeiro com autonomia para litigar diretamente.

50

De acordo com a Lei nº 10.259/2001, os Juizados Especiais Federais Cíveis possuem competência para processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal cujo valor não ultrapasse sessenta salários mínimos. No entanto, há exceções expressamente previstas na legislação. Com base nessas disposições, é correto afirmar que

- (A) o Juizado Especial Federal Cível pode julgar ações populares e execuções fiscais, desde que o valor da causa não ultrapasse sessenta salários mínimos.
- (B) a competência do Juizado Especial Federal Cível abrange a anulação de qualquer ato administrativo federal, incluindo aqueles relacionados a sanções disciplinares impostas a militares.
- (C) as causas que envolvem bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais estão excluídas da competência do Juizado Especial Federal Cível, independentemente do valor da causa.
- (D) o Juizado Especial Federal Cível pode julgar qualquer demanda individual de natureza coletiva, desde que o pedido não ultrapasse o limite de sessenta salários mínimos.
- (E) as ações de mandado de segurança são admitidas nos Juizados Especiais Federais, desde que o impetrante não possua advogado e o valor da causa seja inferior ao limite estabelecido.

51

Pedro, servidor público, ajuizou mandado de segurança pleiteando o pagamento de vantagens pecuniárias referentes a parcelas vencidas antes da impetração, além de requerer a execução imediata da sentença que concedeu a segurança em seu favor. Diante disso, considerando a Lei nº 12.016/2009, as interpretações do STF,

- (A) a concessão do mandado de segurança autoriza o pagamento das vantagens pecuniárias referentes às parcelas vencidas antes da data do ajuizamento, desde que esteja expressamente previsto na sentença concessiva.
- (B) o mandado de segurança não substitui ação de cobrança, razão pela qual Pedro deverá ajuizar ação judicial própria para pleitear as parcelas vencidas anteriormente à impetração.
- (C) a execução da sentença que concede a segurança não pode ser realizada provisoriamente, mesmo que não haja vedação à concessão de liminar no caso concreto.
- (D) o prazo para que Pedro ajuíze ação de cobrança, caso não obtenha o pagamento das parcelas pretéritas, é de 30 dias, contados da decisão judicial que concedeu a segurança.
- (E) Pedro poderá impetrar novo mandado de segurança pleiteando o pagamento de parcelas anteriores à data do ajuizamento, com base no direito assegurado na sentença concessiva.



52

Durante o trâmite de uma ação cível, o juiz proferiu decisão interlocutória redistribuindo o ônus da prova entre as partes. Nenhuma delas interpôs agravo de instrumento contra essa decisão. Posteriormente, essa questão foi incorporada como capítulo autônomo da sentença final. Diante disso, a parte prejudicada buscou discutir o tema por meio de apelação, alegando prejuízo causado pela redistribuição do ônus probatório.

Com base no Código de Processo Civil e na jurisprudência consolidada, (A) a redistribuição do ônus da prova deveria ter sido impugnada exclusivamente por agravo de instrumento, estando a matéria preclusa e vedada sua rediscussão na apelação.

(B) a ausência de agravo de instrumento impede a análise da questão na apelação, ainda que o tema tenha sido integrado como capítulo da sentença final.

(C) é possível rediscutir a redistribuição do ônus da prova em sede de apelação, desde que o tema integre capítulo autônomo da sentença final.

(D) a redistribuição do ônus da prova pode ser questionada apenas em contrarrazões de apelação, caso não tenha sido objeto de agravo de instrumento no momento adequado.

(E) a matéria não pode ser analisada na apelação, mesmo que tenha sido incorporada à sentença, pois a decisão interlocutória não foi impugnada em tempo oportuno.

53

Após o prazo para pagamento voluntário em uma execução cível, o executado apresentou impugnação alegando excesso de execução e prescrição da obrigação reconhecida em sentença.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

(A) O executado não poderia alegar excesso de execução, pois a impugnação é limitada a matérias de ordem pública.

(B) A prescrição somente poderia ser arguida se fosse anterior à sentença, não sendo admitida em sede de impugnação.

(C) Ambas as alegações são admissíveis em impugnação, desde que estejam devidamente fundamentadas e comprovadas.

(D) A alegação de excesso de execução exige a penhora prévia dos bens do executado.

(E) A impugnação não pode tratar de questões relacionadas à prescrição, devendo estas ser objeto de ação autônoma.

Direito Penal

54

A Polícia Federal, durante uma operação em um aeroporto, abordou uma aeronave particular antes da decolagem e realizou uma vistoria preventiva nos passageiros e suas bagagens. Durante a inspeção, um dos passageiros foi flagrado portando 30 gramas de cannabis sativa, armazenadas em um recipiente plástico, sem qualquer elemento adicional que indicasse tráfico. O passageiro alegou que a substância era para seu consumo pessoal. Diante da situação, os agentes policiais apreenderam a substância e conduziram o indivíduo para lavratura do termo circunstanciado.

Com base no entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal,

(A) a conduta do passageiro constitui crime, pois o entendimento do STF não se aplica a casos de apreensão em aeronaves ou em área aeroportuária, onde a segurança exige repressão absoluta ao porte de entorpecentes, não sendo possível afastar a tipicidade penal.

(B) o porte de cannabis para uso pessoal não caracteriza infração penal se a quantidade apreendida for de até 60 gramas, pois, nesse caso, a conduta estaria excluída da ilicitude, conforme os parâmetros definidos pelo STF.

(C) a posse de 30 gramas configura crime, pois apenas quantidades inferiores a 25 gramas poderiam ser enquadradas como uso pessoal, mas, nesse caso, haveria exclusão da culpabilidade em razão da ausência de potencial ofensivo da conduta.

(D) a conduta do passageiro não constitui crime, pois o porte de cannabis para uso pessoal, dentro do limite de 40 gramas fixado pelo STF, exclui a tipicidade da conduta, restando apenas sanções de caráter extrapenal.

(E) independentemente da quantidade de droga apreendida, a Polícia Federal deve prender o passageiro em flagrante, pois a posse de entorpecentes continua sendo tipificada como crime, e o entendimento do STF não exclui a ilicitude da conduta.

55

Durante uma operação em um prédio público federal, um servidor terceirizado que trabalhava na manutenção elétrica foi surpreendido ao tentar furtar equipamentos de informática pertencentes à União. Ele utilizou suas credenciais para acessar o local fora do horário de expediente. No momento em que tentava sair com os itens, foi flagrado pelos vigilantes que patrulhavam o prédio. A defesa argumentou que o crime não se consumou, pois o servidor foi interceptado antes de deixar o prédio com os bens.

Com base no Código Penal e na jurisprudência sobre crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que

(A) o crime de furto consumou-se, pois o agente obteve a posse dos bens, ainda que tenha sido impedido de deixá-los em local seguro.

(B) o crime de furto não se consumou, configurando apenas tentativa, já que o agente foi surpreendido antes de sair do prédio com os bens.

(C) o servidor responderá por tentativa de furto qualificado, em razão do abuso de confiança caracterizado pelo uso de suas credenciais para acessar o local.

(D) o servidor poderá ser isento de pena se comprovar que abandonou os bens voluntariamente antes de ser flagrado pelos vigilantes.

(E) o crime será classificado como furto privilegiado, em razão do baixo valor econômico dos bens subtraídos.



56

Durante uma manifestação em frente a um prédio público federal, um agente de segurança reagiu ao ataque de um manifestante que tentava arremessar uma pedra, atingindo o agressor com um disparo de arma de fogo. O agente alegou legítima defesa, enquanto a defesa do manifestante argumentou que a reação foi desproporcional, violando os limites da causa de justificação.

Com base nas causas de justificação no Direito Penal brasileiro, é correto afirmar que

(A) a legítima defesa exige que o agente reaja com equivalência exata dos meios, sendo vedado o uso de qualquer medida que exceda a proporcionalidade da agressão.

(B) no estado de necessidade, como na legítima defesa, a análise da proporcionalidade é irrelevante, bastando a demonstração da inevitabilidade da conduta para excluir a ilicitude.

(C) o estrito cumprimento do dever legal permite a exclusão da ilicitude mesmo quando o agente atua fora dos limites do dever imposto, desde que tenha agido em nome da proteção de um bem maior.

(D) a exclusão da ilicitude no exercício regular de um direito é condicionada à inexistência de danos colaterais a terceiros, independentemente da legalidade da conduta.

(E) a legítima defesa admite o uso de força letal, desde que demonstrada a necessidade da reação para repelir agressão injusta e iminente, sendo indispensável que a resposta seja proporcional à ameaça enfrentada.

57

Durante uma operação em uma fazenda no estado de Tocantins, conduzida por agentes da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho e Emprego, constatou-se que trabalhadores estavam submetidos a jornadas exaustivas, alojados em condições precárias, sem acesso a água potável e alimentação adequada. Além disso, seus documentos pessoais foram retidos, e o local era monitorado por seguranças armados para impedir qualquer tentativa de saída. A investigação revelou que os trabalhadores haviam sido aliciados em outra região por meio de promessas fraudulentas de altos salários e boas condições de trabalho, e entre eles havia adolescentes submetidos às mesmas condições.

Com base nos elementos apresentados, é correto afirmar que

(A) a retenção de documentos e a vigilância ostensiva não são suficientes para configurar um crime autônomo, sendo analisados apenas como circunstâncias agravantes das condições de trabalho.

(B) a presença de adolescentes no grupo não tem impacto na análise jurídica do caso, pois a caracterização do crime depende exclusivamente das condições de trabalho impostas aos trabalhadores.

(C) as condutas descritas configuram um único crime, pois a redução à condição análoga à de escravo absorve qualquer outra infração relacionada ao aliciamento ou à restrição de liberdade dos trabalhadores.

(D) a prática de aliciar trabalhadores em outra região por meio de fraude e submetê-los a condições degradantes é passível de múltiplas imputações, com possibilidade de aumento de pena em razão da presença de adolescentes.

(E) a caracterização do crime depende de provas de que os trabalhadores não poderiam sair do local exclusivamente devido à retenção de documentos, não sendo suficiente a vigilância armada ou condições de trabalho degradantes.

58

Durante uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal, foi descoberto que um grupo utilizava criptomoedas para ocultar valores provenientes de corrupção ativa. As transações eram realizadas por intermédio de uma exchange de criptomoedas situada no exterior, dificultando o rastreamento dos recursos. O grupo atuava de forma reiterada e estava vinculado a uma organização criminosa que operava no mercado financeiro.

Com base na Lei nº 9.613/1998, é correto afirmar que

(A) a utilização de criptomoedas em transações financeiras não está abrangida pelo conceito de ativo virtual previsto na lei, limitando-se a aplicação do aumento de pena às operações com moeda fiduciária.

(B) a tentativa de lavagem de dinheiro realizada por meio de criptomoedas não é punida, uma vez que a transferência de ativos digitais requer efetiva concretização da operação.

(C) a legislação não prevê diferenciação no tratamento de crimes financeiros cometidos por meio de criptomoedas em relação aos praticados com outros ativos.

(D) a pena para os envolvidos poderá ser aumentada em até dois terços, considerando o uso de criptomoedas e a reiterada prática do crime em contexto de organização criminosa.

(E) os responsáveis poderão ter a pena reduzida, desde que comprovem desconhecimento prévio da origem ilícita dos recursos, mesmo que façam parte de uma organização criminosa.

59

No espectro da normatividade penal, certos postulados estruturantes delimitam a atuação repressiva do Estado, garantindo que sua função sancionatória não ultrapasse os contornos da proporcionalidade e da legitimidade jurídico-material. Considerando tais premissas, examine as assertivas abaixo:

I. O regramento penal não pode ser mobilizado para a repressão de condutas despidas de efetiva potencialidade lesiva ao bem jurídico protegido, sendo inadmissível a persecução estatal fundamentada unicamente em abstrações normativas, presunções de periculosidade ou juízos de reprovação moral desprovidos de materialidade concreta.

II. A imposição de sanção penal deve observar a intransponível dignidade do indivíduo, vedando a aplicação de medidas de caráter expiatório ou meramente aflitivo que resultem na negação da personalidade do agente ou na sua exclusão definitiva do convívio social.

III. A resposta penal não pode incidir sobre condutas de ofensividade ínfima, exigindo-se uma avaliação que transcenda a perspectiva meramente patrimonial e abarque o grau de censurabilidade do comportamento, sua repercussão no tecido social e a real necessidade de reprimenda estatal para fins de pacificação da ordem jurídica.

IV. A ingerência do Direito Penal na organização social deve ser restrita à proteção de bens jurídicos intransigentemente relevantes, operando-se como última ratio e somente sendo acionada quando os demais mecanismos normativos se revelem insuficientes para assegurar a estabilidade das relações jurídicas tuteladas.

É correto afirmar que

(A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.



60

Ana, usuária ativa de redes sociais, compartilhou uma charge satírica representando um político segurando um membro do Ministério Público por uma coleira. A postagem incluía hashtags críticas à atuação das autoridades representadas. Após a ampla difusão da publicação, foi oferecida denúncia contra Ana pela suposta prática dos crimes de injúria e difamação.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nos requisitos típicos dos crimes contra a honra, assinale a alternativa correta:

(A) Ana cometeu o crime de injúria, pois a difusão de conteúdo ofensivo por meio de hashtags e imagens em rede social integra o conceito de comunicação pública, sendo irrelevante a ausência de intenção explícita de ofender.

(B) A responsabilidade penal de Ana é objetiva, pois a livre manifestação do pensamento encontra limitações nos bens jurídicos tutelados, e o simples compartilhamento de conteúdo ofensivo caracteriza difamação, independentemente da intenção de ofender.

(C) A conduta de Ana se subsume ao crime de difamação, pois a publicação do conteúdo, ainda que de terceiro, gerou impacto negativo à reputação das autoridades representadas na charge, bastando o potencial lesivo da postagem.

(D) O fato é típico, pois a viralização do conteúdo ofensivo caracteriza crime contra a honra, dado que as redes sociais potencializam o alcance das mensagens e intensificam o dano à imagem pública das vítimas.

(E) O mero compartilhamento da charge e das hashtags que a acompanham não constitui crime, pois os crimes de injúria e difamação exigem o elemento subjetivo do injusto, sendo necessário o propósito específico de atingir a honra da vítima.

Direito Processual Penal

61

A empresa pública federal TransFederal S.A. foi citada para comparecer a uma audiência de conciliação no Juizado Especial Federal Cível. Seu representante judicial alegou que, por se tratar de uma entidade da administração pública indireta, teria prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, incluindo a interposição de recursos.

Com base na Lei nº 10.259/2001, assinale a alternativa correta.

(A) As empresas públicas federais possuem prazo diferenciado para interposição de recursos no Juizado Especial Federal Cível, conforme prevê o Código de Processo Civil.

(B) A citação para audiência de conciliação da empresa pública federal deve ocorrer com antecedência mínima de 15 dias, garantindo tempo razoável para defesa.

(C) No âmbito do Juizado Especial Federal Cível, as pessoas jurídicas de direito público não possuem prazo diferenciado para a prática de atos processuais, devendo cumprir os mesmos prazos que as demais partes.

(D) O prazo diferenciado para a prática de atos processuais por empresas públicas federais no Juizado Especial Federal Cível dependerá da complexidade da causa, conforme avaliação do juiz.

(E) A empresa pública federal pode alegar prerrogativa de prazo apenas para a apresentação de defesa, mas não para a interposição de recursos.

62

Marcelo foi denunciado pelo crime de lesão corporal leve. Em sua resposta à acusação, apresentou provas documentais e testemunhais demonstrando que agiu em legítima defesa. Após analisar os autos, o juiz constatou que os elementos apresentados eram suficientes para comprovar de forma manifesta a excludente alegada.

Diante dessa situação, de acordo com as disposições legais aplicáveis, o juiz deverá

(A) determinar o regular processamento da ação, pois a existência de excludente de ilicitude deve ser apreciada na sentença.

(B) determinar a produção de provas em audiência, pois a excludente de ilicitude deve ser analisada apenas na fase instrutória.

(C) encaminhar os autos ao Ministério Público para que este reavalie a necessidade de prosseguimento da ação penal.

(D) absolver sumariamente Marcelo, pois a existência manifesta de causa excludente da ilicitude impõe essa providência.

(E) submeter Marcelo a avaliação pericial, para averiguar sua sanidade mental antes de qualquer decisão judicial.

63

O juiz de direito que conduz uma ação penal instaurada contra Rogério percebe que mantém relação de amizade íntima com o advogado de defesa, circunstância que poderia comprometer sua imparcialidade no julgamento. Diante disso, o magistrado declara-se suspeito e remete os autos ao seu substituto legal, intimando as partes da decisão.

Considerando as disposições legais aplicáveis, é correto afirmar que

(A) a suspeição do magistrado deve ser arguida pela parte interessada mediante petição escrita, sendo inadmissível a autodeclaração do juiz.

(B) caso o presidente de um tribunal se declare suspeito, a distribuição do feito será realizada pelo Ministério Público, como órgão fiscal da lei.

(C) o juiz, ao declarar-se suspeito, deve proferir decisão fundamentada, cabendo recurso da parte contrária caso não concorde com a remessa dos autos.

(D) se o magistrado não aceitar a arguição de suspeição, deverá suspender o processo até que o tribunal competente julgue o incidente.

(E) caso o juiz reconheça a suspeição, deverá sustar a marcha do processo, juntar aos autos a petição do recusante, se houver, e ordenar a remessa ao substituto.



64

No curso de uma ação penal, a defesa de Fernando requereu a nulidade de um ato processual alegando que uma formalidade prevista na lei não foi observada. O juiz, no entanto, rejeitou o pedido sob o argumento de que a suposta irregularidade não resultou em qualquer prejuízo à defesa ou à regularidade do processo. Além disso, a acusação sustentou que o processo penal deve ser orientado pela busca da verdade real, permitindo ao magistrado afastar formalismos excessivos desde que a garantia da ampla defesa seja preservada.

Com base nos princípios que regem o processo penal, assinale a alternativa correta:

(A) O juiz fundamentou sua decisão no princípio da lealdade processual, que impede a parte de invocar nulidade que decorra de sua própria conduta processual.

(B) O princípio aplicado pelo juiz é o *rebus sic stantibus*, que permite a correção de vícios formais a qualquer tempo, desde que as partes concordem.

(C) A decisão do magistrado violou o princípio da estrita legalidade processual, uma vez que a observância dos ritos e formalidades processuais deve ser obrigatória, independentemente da demonstração de prejuízo.

(D) O indeferimento do pedido de nulidade encontra amparo no princípio *pas de nullité sans grief*, segundo o qual não há nulidade sem demonstração de prejuízo.

(E) O magistrado violou o princípio da legalidade estrita, pois toda irregularidade procedimental gera, automaticamente, a nulidade do ato impugnado.

65

Carlos e Rafael foram denunciados em um mesmo processo criminal. Carlos é acusado de praticar o crime de furto, enquanto Rafael responde pelo crime de receptação, por ter adquirido o objeto furtado com plena ciência de sua origem ilícita. A defesa de Rafael argumentou que, por serem crimes distintos, os processos deveriam tramitar de forma separada, enquanto o Ministério Público requereu a reunião dos feitos para julgamento conjunto, sob a alegação de que há conexão entre as infrações. Considerando as regras sobre a competência por conexão e continência no processo penal, assinale a alternativa correta:

(A) A competência deve ser firmada com base no princípio da economia processual, sendo irrelevante a existência de conexão ou continência entre os crimes.

(B) A continência é aplicável ao caso, pois Carlos e Rafael são acusados de crimes que, embora diferentes, decorrem de um mesmo contexto fático e devem ser julgados conjuntamente.

(C) Não há fundamento jurídico para a reunião dos processos, pois o furto e a receptação têm objetos jurídicos distintos, inexistindo relação direta entre as condutas.

(D) A conexão intersubjetiva por simultaneidade se aplica ao caso, pois Carlos e Rafael responderam por crimes que ocorreram no mesmo contexto de tempo e lugar, mas sem acordo prévio entre os agentes.

(E) A reunião dos processos é fundamentada na conexão teleológica, uma vez que o crime de receptação foi praticado para assegurar o proveito do crime de furto, justificando o julgamento conjunto.

66

Joana foi condenada à pena de multa como única sanção penal e sua defesa impetrou habeas corpus para questionar a decisão.

Com base na jurisprudência do STF, o Habeas corpus

(A) é cabível apenas se houver flagrante ilegalidade no processo.

(B) é admissível em qualquer decisão penal, inclusive na condenação à multa.

(C) não é cabível contra decisão condenatória à pena de multa.

(D) é cabível contra decisão de multa, desde que afete direitos patrimoniais.

(E) é admissível somente se acompanhado de recurso extraordinário.

67

João foi denunciado pela prática do crime de roubo majorado. Durante a audiência de instrução e julgamento, a vítima foi chamada para prestar suas declarações e, em seguida, o Ministério Público requereu que fosse realizado o reconhecimento formal do acusado. O magistrado conduziu o procedimento sem observar as formalidades exigidas, e a decisão condenatória foi fundamentada exclusivamente nesse reconhecimento.

Com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que a vítima será

(A) convidada a descrever o acusado antes do reconhecimento. Caso o procedimento exigido não seja rigorosamente observado, a prova será considerada válida, desde que a defesa não demonstre prejuízo.

(B) convidada a descrever o acusado antes do reconhecimento. A inobservância das formalidades torna a prova imprestável, não podendo servir de base exclusiva para a condenação.

(C) convidada a descrever o acusado e poderá reconhecê-lo a partir de fotografias. A ausência de reconhecimento presencial não impede a condenação se o juiz estiver convencido da autoria com base no reconhecimento fotográfico.

(D) convidada a reconhecer o acusado diretamente em juízo, sem necessidade de descrição prévia. A ausência de cumprimento das formalidades não gera nulidade automática.

(E) instada a reconhecer o acusado a partir de um álbum de fotografias, sendo suficiente para fundamentar a condenação se houver confirmação em juízo.

Direito Ambiental

68

Durante uma fiscalização ambiental, constatou-se que determinada empresa realizou o desmatamento de uma área protegida sem a devida licença ambiental. Mesmo após a imposição de sanções administrativas, a empresa argumentou que o tempo decorrido desde o desmatamento e a consolidação da atividade econômica no local impediriam qualquer medida restritiva, invocando a teoria do fato consumado para justificar a manutenção da situação. Diante desse cenário, é correto afirmar que

(A) a teoria do fato consumado pode ser aplicada em matéria ambiental, desde que a atividade já esteja consolidada e economicamente relevante para a região.

(B) a consolidação do dano ambiental, por si só, não afasta a possibilidade de responsabilização e a exigência de restauração da área degradada.

(C) a impossibilidade de reversão integral do dano ambiental impede a adoção de medidas reparatórias, sendo aplicáveis apenas sanções pecuniárias.

(D) o transcurso do tempo pode legitimar a situação fática consolidada, tornando inviável a exigência de recuperação da área degradada.

(E) a aplicação da teoria do fato consumado em matéria ambiental é permitida quando a degradação já se encontra estabilizada e não há risco de ampliação do dano.



69

Uma área de proteção ambiental sofreu degradação severa em razão da extração ilegal de recursos naturais por empresas privadas. A Administração Pública, apesar de ter conhecimento da exploração irregular há anos, limitou-se a emitir notificações e embargar a atividade, sem adotar medidas eficazes para impedir a continuidade da degradação ou promover a recuperação ambiental. Diante da insolvência dos responsáveis diretos, o Ministério Público ingressou com ação civil pública requerendo a responsabilização do Estado.

Sobre a responsabilidade do ente público nessa hipótese, assinale a alternativa correta:

- (A) O Estado somente poderá ser responsabilizado por sua omissão se houver comprovação inequívoca de negligência dolosa ou culpa grave dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização ambiental.
- (B) A responsabilidade ambiental do Estado por omissão no dever de fiscalização é objetiva, solidária e ilimitada, mas sua execução é subsidiária.
- (C) A responsabilização do Estado por omissão em matéria ambiental exige a demonstração de culpa, nos termos da Constituição Federal, sendo aplicável a teoria da culpa administrativa, salvo previsão expressa em legislação específica.
- (D) O princípio do poluidor-pagador impede que o Estado seja responsabilizado por danos ambientais, pois a obrigação de reparar o meio ambiente é exclusivamente do agente degradador direto, salvo se demonstrado o enriquecimento ilícito do ente público com a atividade ilícita.
- (E) A omissão da Administração Pública não gera responsabilidade solidária por danos ambientais, mas apenas a possibilidade de imposição de sanções disciplinares aos agentes públicos envolvidos.

70

Com base na Lei nº 12.651/2012, a respeito do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente, é correto afirmar que

- (A) a vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida apenas pelo proprietário do imóvel, não se estendendo essa obrigação ao possuidor ou ocupante a qualquer título.
- (B) a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas pode ser autorizada nos casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental.
- (C) a obrigação de recomposição da vegetação suprimida em Área de Preservação Permanente possui caráter real e, portanto, transfere-se ao sucessor no caso de alienação do imóvel rural.
- (D) é sempre necessária a autorização do órgão ambiental competente para a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente.
- (E) é vedado o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente, ainda que para obtenção de água ou realização de atividades de baixo impacto ambiental, visto que a finalidade dessas áreas é a conservação integral da vegetação nativa.

71

Conforme a Lei nº 9.605/1998, um indivíduo que ingressa em Unidade de Conservação conduzindo instrumentos próprios para caça ou exploração de produtos florestais sem licença da autoridade competente estará sujeito a pena de detenção e multa. No entanto, a pena poderá ser aumentada caso

- (A) a infração resulte na diminuição de águas naturais, erosão do solo ou alteração do regime climático, ou se o crime for praticado em época de seca, em período de queda das sementes ou contra espécies ameaçadas de extinção.
- (B) o infrator, mesmo após a autuação, não interrompa a atividade ilegal, mantendo a prática de caça ou exploração sem licença dentro da Unidade de Conservação.
- (C) a conduta seja praticada com dolo eventual, ainda que o agente desconheça os danos ambientais que sua ação possa causar à fauna e à flora local.
- (D) o crime ocorra em propriedades particulares inseridas em Unidades de Conservação, independentemente da autorização do proprietário.
- (E) a infração seja cometida por servidor público, no exercício de suas funções, atuando sem a devida autorização dos órgãos ambientais responsáveis pela gestão da Unidade de Conservação.

72

Conforme a Lei nº 12.305/2010, a ordem de prioridade na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos é

- (A) reciclagem, reutilização, redução, não geração, tratamento e disposição final.
- (B) não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.
- (C) tratamento, reciclagem, reutilização, redução, não geração e disposição final.
- (D) disposição final, tratamento, reciclagem, reutilização, redução e não geração.
- (E) redução, não geração, reciclagem, reutilização, disposição final e tratamento.

Direito Penal Militar

73

Capitão Jorustanto, militar das Forças Armadas do Brasil, durante missão no país Y, manteve comunicação não autorizada com autoridades do país X, repassando informações que agravaram as relações diplomáticas entre Brasil e X, resultando na suspensão de acordos bilaterais.

Com base no Código Penal Militar, Capitão Jorustanto poderá ser responsabilizado pelo crime de

- (A) entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil.
- (B) traição, por ter agido contra os interesses da segurança nacional.
- (C) espionagem, por fornecer informações estratégicas a um país estrangeiro.
- (D) violação do dever funcional, por descumprir normas de sigilo militar.
- (E) insubordinação, por desobedecer ordens superiores em missão no exterior.

**Direito Processual Militar****74**

Durante um treinamento militar de simulação de combate em um Estado X, o soldado Rodrigo, da ativa, desferiu um golpe intencional contra o sargento Vinícius, também da ativa, resultando em lesão corporal grave. O incidente ocorreu dentro de uma unidade militar, durante o horário de serviço. Além disso, um civil que assistia ao treinamento também foi atingido por Rodrigo, sofrendo ferimentos leves.

Diante desse cenário, de acordo com o Código Penal Militar, o crime cometido por Rodrigo deve ser julgado:

- (A) pela Justiça Militar, uma vez que o crime foi cometido por militar da ativa contra outro militar da ativa, em local sujeito à administração militar.
- (B) pela Justiça Comum, pois a lesão corporal grave contra o sargento Vinícius não configura crime militar.
- (C) pela Justiça Comum, pois todo crime doloso contra a vida cometido por militar contra civil é de sua competência.
- (D) pela Justiça Militar apenas em relação ao crime cometido contra o sargento Vinícius, enquanto o crime contra o civil deve ser julgado na Justiça Comum.
- (E) pela Justiça Militar da União, visto que os crimes ocorreram durante exercício militar e envolveram tanto militares quanto civis.

75

Durante uma inspeção de rotina em uma unidade militar, o sargento Ricardo foi flagrado em posse de substância entorpecente e comercializando drogas ilícitas para outros militares dentro das dependências do quartel. Ao ser abordado, tentou justificar que se tratava de uso recreativo e que a legislação penal comum deveria ser aplicada ao caso.

Com base no Código Penal Militar, a conduta do sargento Ricardo

- (A) configura crime militar, pois o tráfico de drogas cometido dentro de unidade militar caracteriza infração penal específica, sendo de competência exclusiva da Justiça Militar.
- (B) deve ser julgada pela Justiça Comum, pois a Lei de Drogas prevalece sobre o Código Penal Militar, conforme jurisprudência do Superior Tribunal Militar.
- (C) constitui mera transgressão disciplinar, não sendo crime militar, pois não houve comprometimento da hierarquia e disciplina no ambiente castrense.
- (D) deve ser julgada pela Justiça Estadual, pois o crime de tráfico de drogas, ainda que praticado por militar dentro de unidade militar, não está expressamente incluído no rol de crimes militares, devendo prevalecer a legislação penal comum.
- (E) é crime militar apenas se o militar estivesse em serviço, pois a legislação castrense exige essa condição para aplicação da pena mais gravosa.

76

Moreira, um oficial das Forças Armadas, insatisfeito com uma decisão da Justiça Militar que determinava sua remoção para outra unidade, passou a ignorar reiteradamente a ordem judicial, sem apresentar qualquer justificativa plausível. O Ministério Público Militar tomou conhecimento da conduta e considerou que não havia necessidade de instaurar um inquérito para dar início à persecução penal. Nesse caso, a decisão do Ministério Público

- (A) está equivocada, pois a instauração do inquérito policial militar é obrigatória para apurar crimes militares, independentemente das provas existentes.
- (B) está correta, pois o inquérito pode ser dispensado nos crimes de desobediência a decisão judicial militar, permitindo que a ação penal prossiga diretamente.
- (C) está errada, pois o inquérito militar só pode ser dispensado se houver flagrante delito e confissão formal do acusado.
- (D) é inválida, pois somente a autoridade militar competente poderia decidir sobre a necessidade ou não do inquérito, cabendo ao Ministério Público apenas requisitar diligências complementares.
- (E) está equivocada, pois, mesmo em crimes de desacato e desobediência à decisão judicial, a investigação deve ser iniciada por meio de sindicância militar antes do oferecimento da denúncia.

77

Durante a apuração de um crime militar envolvendo suspeita de falsificação de documentos em uma unidade das Forças Armadas, a autoridade responsável pelo inquérito policial militar verificou a necessidade de exames grafotécnicos e análises laboratoriais para comprovar a autenticidade das assinaturas nos documentos suspeitos. Diante disso, a Polícia Judiciária Militar

- (A) deve obrigatoriamente realizar todas as perícias internamente.
- (B) pode solicitar auxílio da polícia civil apenas se houver convênio prévio entre as instituições, não podendo requisitar diretamente as perícias.
- (C) não tem competência para requisitar a realização de exames técnicos e deve solicitar ao Ministério Público Militar que faça tal requisição.
- (D) pode requisitar pesquisas e exames necessários às repartições técnicas civis para complementar o inquérito policial militar.
- (E) deve aguardar determinação judicial para que as perícias sejam realizadas, pois não pode requisitá-las de ofício.

**Direito do Trabalho****78**

A organização esportiva formadora de atletas possui prerrogativas e deveres específicos conforme previsto na Lei nº 14.597/2023, especialmente no que tange à celebração do contrato de formação esportiva e às garantias oferecidas aos atletas em formação. Considerando os dispositivos normativos aplicáveis, assinale a alternativa correta.

(A) A organização esportiva formadora pode firmar o primeiro contrato especial de trabalho esportivo com o atleta a partir dos 14 anos de idade, com prazo máximo de 3 anos para qualquer modalidade esportiva, desde que assegure assistência educacional e treinamento adequado.

(B) O contrato de formação esportiva deve ser obrigatoriamente registrado na organização esportiva que administra e regula a respectiva modalidade e somente poderá ser firmado na forma escrita, contendo cláusulas específicas, entre as quais se incluem a garantia de seguro de vida e acidentes pessoais ao atleta em formação.

(C) A indenização devida à organização esportiva formadora, caso o atleta opte por não assinar o primeiro contrato especial de trabalho esportivo, será calculada com base nas despesas comprovadas com sua formação, não podendo ultrapassar o montante de 100 vezes os gastos efetuados, devendo o pagamento ser realizado em até 30 dias.

(D) A organização esportiva formadora certificada que deseje manter alojamento para atletas em formação deverá observar os requisitos de infraestrutura e segurança previstos na legislação, mas não está obrigada a apresentar laudos técnicos anuais ao Ministério Público, bastando o cumprimento das normas da entidade que administra e regula a modalidade esportiva.

(E) A organização esportiva formadora que celebre contrato especial de trabalho esportivo com atleta profissionalizado poderá exigir indenização caso o atleta, mesmo diante de proposta de renovação com condições idênticas às oferecidas por outro clube, opte por não renovar o contrato.

79

Com base nas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), analise as assertivas abaixo:

I - O contrato individual de trabalho pode ser acordado de forma tácita.

II - O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 90 dias.

III - A empresa sucedida responderá subsidiariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.

IV - Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 3 meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo exceções legais.

V - O contrato de trabalho intermitente pode estabelecer salário inferior ao pago a outros empregados que exerçam a mesma função no estabelecimento.

Assinale a alternativa correta:

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

(C) Apenas a assertiva I está correta.

(D) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão incorretas.

80

Acerca das normas relativas às atividades insalubres e perigosas no ambiente de trabalho, analise as assertivas a seguir:

I – São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que envolvem exposição ocasional do trabalhador a riscos, independentemente da intensidade do perigo ou do tempo de exposição.

II – As atividades insalubres são caracterizadas pelo contato eventual do empregado com agentes nocivos à saúde, desde que essa exposição ocorra em qualquer nível, sem necessidade de superar limites de tolerância.

III – Para que o empregado tenha direito ao adicional de insalubridade, basta que haja laudo pericial atestando a insalubridade do ambiente, não sendo necessária a inclusão da atividade na relação oficial do Ministério do Trabalho e Emprego.

IV – O direito ao adicional de periculosidade é assegurado apenas aos trabalhadores expostos de forma permanente ao risco, sendo indevido quando a exposição ocorre de maneira intermitente, ainda que habitual.

V – A caracterização de insalubridade e periculosidade ocorre exclusivamente por meio de laudo pericial, sem necessidade de regulamentação específica pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Com base nas assertivas, assinale a alternativa correta:

(A) Somente as assertivas I e III estão corretas.

(B) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.

(C) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

(D) Somente a assertiva V está correta.

(E) Todas as assertivas estão incorretas.



REDAÇÃO

Texto Motivador

A imparcialidade da Justiça é essencial para a proteção dos direitos fundamentais e a consolidação da democracia. O Ministério Público Federal, como fiscal da lei e defensor dos direitos humanos, tem o papel de garantir que o Judiciário atue com independência, combatendo influências externas e ajustes indevidos. Essas práticas comprometem o devido processo legal e a confiança pública nas instituições, afetando a proteção dos mais vulneráveis. A atuação ética e transparente do Ministério Público fortalece a tutela dos direitos humanos e assegura a credibilidade do sistema de Justiça.

Produza um texto dissertativo-argumentativo sobre a relevância da imparcialidade da Justiça e do Ministério Público Federal na promoção e proteção dos direitos humanos, bem como no fortalecimento do Estado Democrático de Direito, utilizando argumentos sólidos e fundamentados, em no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, com linguagem técnica e culta.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26



27

28

29

30
